

**SUSTENTABILIDADE E RESISTÊNCIA: UM OLHAR SOBRE O ASSENTAMENTO
NOSSA SENHORA DAS OLIVEIRAS (TAPERA) NO TERRITÓRIO DA SERRA
GERAL/MG**

Thaynara Thaissa Dias Guimarães

Lize de Moraes Vieira da Cunha

Rubens Gabriel Caires Campos

Fernando Gomes

Renato Fernandes Silva

UNIMONTES - MG

Mais do que o direito democrático de ir e vir, deveria se defender o direito de ficar

Klautau

RESUMO: Este artigo mostra os desafios e as conquistas dos movimentos sociais no assentamento Nossa Senhora das Oliveiras (Tapera) no Território da Serra Geral, região semiárida mineira, a partir de uma perspectiva que o aponta como exemplo de sustentabilidade socioambiental e de resistência.

PALVRAS-CHAVE: Sustentabilidade, Resistência, Assentamento.

**SUSTENTABILIDAD Y RESISTENCIA: UM MIRAR SOBRE EL ASENTAMIENTO
NUESTRA SEÑORA DE LAS OLIVERAS (TAPERA) EN EL TERRITORIO DE LA SIERRA
GENERAL/MG**

RESUMEN: Este artículo muestra los desafíos y las conquistas de los movimientos sociales en el asentamiento Nuestra Señora de las Oliveras (Tapera) en el Territorio de la Sierra General, región semiárida minera, a partir de una perspectiva que la apunta como ejemplo de sustentabilidad socioambiental y de resistencia.

PALAVRAS LLAVE: Sustentabilidad, Resistencia, Asentamiento.

INTRODUÇÃO

A temática da reforma agrária no Brasil tem sido uma constante desde os anos 50 e 60, em que aparecia como solução para as questões nacionais. O golpe militar de 64, ao contrário do que se poderia esperar, institucionalizou a questão por meio da promulgação, em novembro de 1964, do Estatuto da Terra que respaldou um longo processo de colonização por todo o país. Neste período, os movimentos sociais rurais, foram duramente reprimidos, e a opção do governo militar, além da

colonização, se volta à modernização da agricultura por meio de incremento ao uso de insumos químicos e mecânicos, deixando sem alteração a concentrada estrutura fundiária. Os resultados perversos desta modernização podem ser constatados pela formação de uma classe de assalariados rurais com baixíssimo poder de compra, pelo desemprego, especialmente o desemprego sazonal, pela precariedade das condições de trabalho e pela exclusão social, o que levou mais de 28 milhões de pessoas a deixarem o campo em direção às cidades, entre 1960 e 1980.

Nos anos 80 e 90, os movimentos de trabalhadores rurais ganham espaço no campo e nas cidades. No entanto, a problemática da reforma agrária registra-se, de forma lenta e irregular, quanto a implementação de assentamentos rurais em todos os Estados da Federação. E segundo Norder (1997), os assentamentos têm sido criados muito mais para resolver situações de conflitos localizados do que situações de pobreza e exclusão social, ou mesmo para resgatar o potencial produtivo da agricultura familiar.

A precarização das condições de vida e de trabalho de milhões de pessoas resultou no fortalecimento da organização política dos trabalhadores.

A fazenda *Nossa Senhora das Oliveiras (Tapera)* situada no Território da Serra Geral, encontra-se na cidade de Riacho dos Machados, Norte de Minas Gerais, a beira de um contraforte rochoso da Serra do Espinhaço, coberta por uma vegetação do tipo Campo Cerrado e com inclusões de Floresta Estacional Decidual (Mata seca), Matas de Galeria (Mata ciliar) e Caatinga, possui vinte mil e quatrocentos e oitenta e dois (20.482) hectares.

A história da fazenda *Nossa Senhora das Oliveiras (Tapera)* remonta aos anos que se situam entre 1730 e 1750. Ao longo do tempo, a fazenda teve vários proprietários. O último deles explorou a pecuária de corte em sistema extensivo, favorecendo a vinda de muitos nordestinos para a região e para a própria fazenda.

Na fazenda, havia vários agregados e posseiros que moravam em diferentes regiões distantes da sede da fazenda, cujos pais e avós foram moradores no período da escravidão. Diante da possibilidade de tê-la desapropriada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no ano de 1985, o Major Santos tentou retirar os posseiros que viviam na fazenda, todavia, sem sucesso. De acordo com Spinola (2007), em 1986, ao saberem da possibilidade de desapropriação, os posseiros se organizaram com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Riacho dos Machados, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Centro de Agricultura Alternativa (CAA). Entretanto, em 1988, a propriedade fora vendida para a Empresa Siderúrgica de Sete Lagoas (SICAFE) para exploração de sistema intensivo de eucalipto. Somente no ano de 1993 é que

o INCRA conseguiu desapropriar uma área de três mil e oitocentos e sessenta e seis (3.866) hectares, nos quais promoveu o assentamento, inicialmente, 52 famílias¹.

Desta forma, pretendeu-se mostrar os desafios e as conquistas dos movimentos sociais no assentamento *Nossa Senhora das Oliveiras (Tapera)* no Território da Serra Geral, região semiárida mineira, a partir de uma perspectiva que o aponta como exemplo de sustentabilidade socioambiental e de resistência.

Segundo Carvalho (2006) assentamento é palavra que traduz muitas informações.

[...] é utilizada para identificar não apenas uma área de terra, no âmbito dos processos de reforma agrária, destinada a produção agropecuária e/ou extrativista, mas também um agregado heterogêneo de grupos sociais constituídos de famílias de trabalhadores rurais [...] (CARVALHO *apud* SALLES, 2006, p. 89).

A partir dessa definição, configuramos o assentamento *Tapera* como um espaço físico e social de resistência. Por saber que existem diferentes formas de resistência camponesa, daremos ao *Tapera* a chamada “resistência cotidiana” conceituada por Salles (2006) como:

[...] uma forma anônima e passiva, quase invisível, com uma aparência de conformidade, mas que de fato é uma tática de resistência, resultante de atos individuais de insubordinação que podem se transformar em técnicas próprias de agir contra o Estado, o fazendeiro, o latifundiário. Essas técnicas de resistência em geral não têm uma liderança extragrupo, uma coordenação interna, formal e burocrática, uma disciplina; são diferentes de outros estilos de resistência caracterizados pelo confronto direto e, por isso, são mais visíveis como as revoltas, as rebeliões, como a ocupação de uma fazenda, que desafiam a ordem, e, portanto, são vistos como pressão política [...] (SALES, 2006, p. 75 -76).

¹ SPINOLA, 2007, p. 18.

Acreditamos que a postura adotada — talvez até de forma inconsciente — pela *Tapera* e que aqui chamamos de “resistência cotidiana”, é também, uma forma de se opor ao modelo tecnicamente dominante de agricultura, e como tal, constitui-se como uma batalha, no instante em que luta pela implantação de uma agricultura que se opõe ao padrão técnico - científico da “revolução verde”, para Leroy (2001) isso é verdadeiramente revolucionário, pois questiona na prática dogmas da ciência e da pesquisa e a produção do conhecimento.²

DESENVOLVIMENTO

Partindo de uma perspectiva que visa apontar a *Tapera* como exemplo de sustentabilidade socioambiental e de resistência, uma vez que, seus moradores enfrentam por um lado, a luta diária pela sobrevivência, a dificuldade de acesso aos direitos de cidadania e de se fazer ouvir, por outro, a despeito de todas as dificuldades, se configura como um espaço agrário modelo. Produzindo ao modo do trabalhador, que nas palavras de Leroy (2001), lavra o chão, lavra o território, reconstrói e sustenta o país de hoje e de amanhã. Realizando, segundo ele, atividades que dão sentido e raiz a palavra sustentabilidade³.

Assim, usaremos a mesma noção moderna acerca do que seja desenvolvimento sustentável, adotada internacionalmente, a saber, que “o desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades das gerações atuais, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades”⁴ (GUIMARÃES, 2001). É nesse contexto que pensamos a *Tapera*.

Historicamente, no Brasil, conforme aponta Leroy (2001), o latifundiário imperou e impera até hoje, cuidando para que não se expanda, como na maioria dos países do mundo, a agricultura familiar e que não se realize nenhuma reforma agrária neste país⁵. A dificuldade de se pensar a reforma agrária no Brasil, se deve, como afirma o autor, ao pensamento dominante das elites que acreditam que, “se um agricultor familiar do agreste de Pernambuco ou um assentado de Minas Gerais produz dezenas de vezes menos do que um produtor de soja do Triângulo Mineiro, não faz mais sentido promover a agricultura familiar e a reforma agrária”⁶ (LEROY, 2001). Com esse juízo, desconsidera-se o Tratado sobre agricultura sustentável, que no Fórum Internacional durante a Eco-92 definiu-se a agricultura sustentável como aquela que é ecologicamente correta, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente adaptada, que se desenvolve como um processo, numa condição democrática e participativa.

² LEROY, 2001, p. 337.

³ LEROY, 2001, p. 335.

⁴ GUIMARÃES, 2001, p. 55.

⁵ LEROY, 2001, p. 332.

⁶ LEROY, 2001, p. 335.

Sendo assim, o assentamento se configura como aquilo que Pierre Bourdieu (2007) chama de “propriedade negativa”⁷, ou seja, estigmatizada. Este estigma pode ser traduzido nas palavras de Leroy (2001) quando ele afirma que aos sem-terra “são oferecidas terras marginais, degradadas, ou se apresentam como passíveis de ocupação áreas florestadas ou capoeiras consideradas improdutivas pelos antigos donos”⁸. Assim observa Santos (2007):

[...] a proposta de reforma agrária de mercado emerge no Brasil num contexto veemente de disputas políticas de terra. Porém, está intimamente ligada a um direcionamento das políticas econômicas do Banco Mundial que, desde metade dos de 1970, criou diretrizes gerais de ação, dentre elas a de “reconhecimento da importância da propriedade familiar em termos de eficiência e equidade”, assim como a “necessidade de estimular os mercados para facilitar a transferência de terras para usuários mais eficientes” e a “importância de uma distribuição igualitária de bens e de reformas agrárias redistributivas[...]” (SANTOS, 2007, p. 197.)

Apesar de todos os fatores negativos que poderiam inviabilizar a vida no assentamento *Tapera* existe ali, uma preocupação dos moradores em respeitar e preservar o meio ambiente, bem como um comprometimento com a coletividade. O sistema produtivo é agroecológico e o lixo é coletado rigorosamente.

A policultura ou a rotação das culturas existe a fim de reduzir o aparecimento de pragas e doenças. Ao mesmo tempo em que reduz a incidência de fatores de desagregação de valor ao produto, permite uma maior inserção nas chamadas “janelas de mercado” devido a oferta de alimentos em períodos diferenciados. O assentamento possui um projeto educacional, voltado para os jovens com vistas a fixá-lo na terra e evitar o êxodo rural. Há incentivo para práticas de atividades culturais e de lazer e uma preocupação em preservar a tradição. Diante disso, acreditamos que a *Tapera* é um exemplo a ser seguido por outras comunidades.

Desse modo, a *Tapera* se estrutura como um espaço agrário que corresponde ao que Faleiro (2001) descreve como desenvolvimento equilibrado⁹.

⁷ BOURDIEU, 2007, p. 161.

⁸ LEROY, 2001, p. 334.

⁹ FALEIRO, 2001, p. 322.

[...] já que na agricultura, seu forte não deve ser a soja transgênica, carregadora de venenos, o que poderá reproduzir os desastres ambientais ocorridos no Centro-Sul, afetando as populações rurais pelo uso de agrotóxicos. Deve ser reconhecida pela oferta de produtos cuja principal marca e capital sejam os componentes socioambientais: produzidos pelos produtores familiares rurais, sem uso de trabalho infantil assalariado, sem a utilização de agrotóxicos, com práticas alternativas ao uso do fogo – técnica já desenvolvida pela agricultura familiar – e técnicas orgânicas [...] (FALEIRO, 2001, p. 317).

Poderíamos fazer nossas, as palavras de Leroy (2001), para dizer que o referido assentamento se apresenta como um ecossistema em que a produção e conservação se combinam e se influenciam mutuamente facilitando o reconhecimento da importância do meio ambiente, do entorno e o manejo do território local como um ecossistema único, em que o “construído” e o “natural” se complementam ¹⁰.

A fazenda *Tapera* conta com o apoio de organizações não governamentais, assistência técnica, crédito bancário e rede elétrica. Possui água encanada, mas sem tratamento. Tais apontamentos nos permitem esclarecer que o outro assentamento pesquisado, na monografia citada, chamado *Jacaré Grande*, não conseguiu conquistar os mesmos moldes que a *Tapera* apesar de ter quase as mesmas condições que esta. Evidentemente, os problemas enfrentados no *Jacaré Grande*, são acentuados, assim como em quase todos os assentamentos, pela ausência do Estado e de tudo que disso decorre.

No *Jacaré Grande* não há saneamento básico e menos de 40% moradores possuem uma consciência ecológica. Apesar de o assentamento contar com assistência técnica de instituições governamentais e privadas e terem recebido crédito bancário individual, não souberam aplicá-lo devidamente. Todas as questões apontadas acerca do *Jacaré Grande* acabam por exacerbar o descrédito em relação às políticas públicas, como ocorre em todo Brasil, a exemplo, do programa Banco da Terra, alvo de muitas críticas, mas que, conforme Santos (2007), a despeito de suas deficiências, conseguiu, de certo modo, aumentar a inserção do pequeno agricultor no mercado e, indiretamente, melhorou as condições socioeconômicas. Para Santos,

¹⁰ LEROY, 2001, p. 340.

[...] as políticas destinadas às questões agrárias, principalmente as que envolvem a agricultura familiar, devem ser entendidas como forma de desenvolvimento de uma outra agricultura, cuja dinâmica e objetivos absorvam a modernização social necessária para o país. Que compreenda a dinâmica da agricultura familiar, no sentido mais concreto de seu entendimento: como criadora de um espaço de produção, de um espaço de trabalho e com capacidade de gerar redes econômicas, sociais, culturais e políticas que integrem os milhares de excluídos do modelo de desenvolvimento hegemônico [...] (SANTOS, 2007, p. 199).

Todas as dificuldades de acordo com Spinola (2007) existentes no assentamento *Jacaré Grande* intensificam o êxodo rural, uma vez que, o assentamento não oferece nenhuma atividade de lazer e nem escola

Observamos que isso se deve, especialmente, ao fato de que seus moradores não são “pessoas do lugar”. A população é constituída em sua maioria por um público heterogêneo, sem vínculo com o lugar e sem experiência de manejo da terra, contra apenas, 16 famílias que não são do lugar na *Tapera*, que pelos dados da monografia conta com 52 famílias assentadas. Isso nos leva a crer na importância do elo entre as pessoas e o lugar, como Bourdieu (2007) expõe abaixo:

[...] Do capital social de *relações* ou *ligações* (e muito particularmente dessas ligações privilegiadas que são as amizades de infância ou de adolescência) ou de todos os aspectos mais sutis do capital cultural e lingüístico, como os modos corporais e a pronuncia (o sotaque), etc. São traços que conferem todo seu peso ao *lugar do nascimento* [...] (BOURDIEU, 2007, p. 165).

A relevância dos laços apontados por Bourdieu faltam, aos moradores do assentamento *Jacaré Grande*, resultando na ausência de coletividade que é vivenciada na *Tapera*. Além disso, falta aos assentados, de acordo com o Centro de Extensão, Treinamento e Aperfeiçoamento Profissional (CETAP), uma orientação efetiva que os auxilie na aquisição de conhecimentos que os conduzirá

[...] a um desenvolvimento integral e sustentável, que possibilite melhor qualidade de vida a todos, um fator é fundamental: o conhecimento. No meio rural, o desafio é ainda maior, porque sem ele o agricultor não é efetivamente dono nem do seu pedaço de chão. É através do domínio das tecnologias, do conhecimento sobre as formas de produzir e os instrumentos de trabalho, que as grandes empresas impõem o seu interesse ao agricultor, o qual acaba assumindo uma condição de empregado delas, mesmo que os recursos (terra, capital e mão-de-obra) sejam dele [...] (GHIZELINI, 2007, p. 67).

Diante dessa perspectiva do assentamento *Tapera* é que se deve buscar estratégias de desenvolvimento para as demais comunidades. Expor a necessidade de se pensar e agir de forma coletiva, incentivando organizações dos próprios agricultores mediadas por grupos acadêmicos, como os de extensão rural com o intuito de se valorizar todo o conhecimento empírico que esses moradores possuem e de se fazer mostrar dentro das Universidades como a agricultura familiar enfrenta dificuldades, não só as do espaço, mas as dificuldades de materiais e financiamentos a longo prazo. Os extensionistas devem incentivar os agricultores a se posicionarem de forma crítica e criarem alternativas criativas para as dificuldades diárias. O texto do CETAP explicita bem como deve ser a relação do agricultor com o extensionista:

[...] a situação atual impõe a necessidade de mudanças sociais, políticas, econômicas e metodológicas, exigindo que os técnicos sejam educadores e não simplesmente extensionistas [...] A conjugação do saber do técnico-educador com o saber do agricultor deve gerar um 'novo saber' ou um saber 'melhorado'. Este saber deve possibilitar que o agricultor desenvolva sua própria agricultura de maneira autônoma e liberta [...] (CETAP, 1998, p. 234-235).

Só assim, será possível caminhar na direção de um assentamento sustentável que possibilite como sugere Faleiro (2001), harmonizar

[...] as necessidades de sustentação econômica dos assentados com um gerenciamento compatível dos recursos naturais. (...) é necessária a criação de novas áreas de proteção da biodiversidade sob o controle da união dos estados e dos municípios, acompanhada de um novo sistema de fiscalização que destaque o papel dos moradores e da sociedade civil organizada local, pois o sistema atual de fiscalização é insuficiente, falho e corrupto, o que facilita o saque desenfreado dos recursos naturais dessas áreas[...] (FALEIRO, 2001, p. 322)

A visão de uma reforma agrária é mais do que necessária, tem crescido entre a população brasileira e pode ser mostrada através dos dados obtidos pelo setor de Documentação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nacional.

Em 2007, novecentos e cinco manifestações foram registradas

[...] contra arbitrariedade das empresas capitalistas e de diversos organismos governamentais, envolvendo 629.029 pessoas. Desse total 98 manifestações foram especificamente contra a expansão das monoculturas, organizadas por distintos movimentos e organizações populares no campo, e envolveram diretamente 87.072 pessoas [...] (CARVALHO, 2008, p. 38-39).

Segundo o autor, foi nos estados da região sul a incidência do maior número de manifestações contra as monoculturas. Para Carvalho (2008), as reivindicações externavam uma dimensão de negação do modelo do agronegócio e de suas consequências nefastas, conforme podemos conferir no texto abaixo:

[...] Não apenas manifestações foram registradas em 2007, a elas se devem acrescentar como expressão da insatisfação dos trabalhadores no campo contra as monoculturas, mais de trinta greves deflagradas por cortadores de cana em luta por melhores

condições de trabalho. E, se considerarmos que das 364 ocupações de terras, nas lutas pela reforma agrária, verificadas em 2007, 21 delas ocorreram nas áreas de engenho de cana-de-açúcar, de reflorestamentos e de experimentações com culturas transgênicas (caso Syngenta no Paraná), é possível se inferir que esses atos populares de resistência social trazem como denúncia e alerta a população brasileira os males do modelo econômico e a impunidade das violações das grandes empresas capitalistas no campo contra os trabalhadores rurais, os camponeses, quilombolas, ribeirinhos e povos indígenas [...] (CARVALHO, 2008, p. 38-39).

Assim sendo, é preciso que o poder público reconheça a importância socioeconômica da agricultura familiar, como aponta o *Brasil rural* publicado em 2001, 50 milhões de pessoas vivem no campo, aproximadamente 50% da população brasileira, assim a agricultura familiar deve ser considerada como a grande geradora de empregos. Evidentemente, a “grande agricultura” tem o seu lugar, mas não emprega tanto. Fica claro a necessidade de

[...] estabelecer a relação verdadeira da agricultura familiar como, efetivamente, aquela que tem uma resposta para questões fundamentais da organização social contemporânea: empregabilidade e sustentabilidade [...] (JUNGMANN, 2001, p. 5).

Impondo a urgência de se pensar o espaço social como lugar de inclusão e de aceitação das diferenças ou nas palavras de Bourdieu, “como estrutura de justa posição de posições sociais”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao lançarmos nosso olhar sobre estes dois assentamentos, a *Tapera* e o *Jacaré Grande*, observamos que alguns requisitos são fundamentais para que um assentamento se consolide como um ecossistema em que a produção e a conservação se combinem e se influenciem mutuamente, conforme as considerações apontadas por Leroy (2001) ao longo do texto. Para tanto, se faz necessário pensar e agir coletivamente. É preciso pontuar as dificuldades enfrentadas pelos

assentamentos e apontar soluções que direcionem para um desenvolvimento sustentável, capaz de harmonizar todas as necessidades.

O que faz da fazenda *Tapera* um espaço agrário modelo é, antes de tudo, o vínculo que seus moradores têm com o lugar, a noção de coletividade e a experiência de manejo da terra herdada de seus ancestrais, sem isso talvez, seria ineficaz o apoio de organizações não governamentais, assistência técnica e crédito bancário.

Os dados do setor de Documentação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) deixam claro que grande parte da população brasileira reconhece a necessidade de uma reforma agrária. E para que ela ocorra de fato, é preciso que os modelos estigmatizados de distribuição de terras — as terras passíveis de assentamento são terras marginais, degradadas, como disse Leroy (2001) — sejam substituídos por outro que possibilite a expansão de uma agricultura familiar.

Diante do exposto, resta-nos agora continuar a luta por desenvolvimento e reforma agrária sustentável, mas, para que isso ocorra, é necessário que mais pessoas conscientizem desta necessidade de modo que, ao partilhar a idéia, possamos também partilhar o espaço.

FINANCIAMENTO E REALIZAÇÃO

Este trabalho contou com recursos do CNPq/ SDT/ MDA e foi realizado pela UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORIN, Jair; VEIGA, José Eli (Orgs.). *Brasil rural na virada do milênio: encontro de pesquisadores e Jornalistas*. São Paulo: USP, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Trad. Mateus S. Soares Azevedo *et al.* Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

CARVALHO, Horácio Martins de. Resistência social contra a expansão das monoculturas. In: CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; AFONSO, José Batista Gonçalves; SANTOS, Maria Madalena. *Conflitos no campo*. Goiânia: CPT Nacional, 2007.

FALEIRO, Airton. O desenvolvimento da Amazônia na visão dos produtores familiares rurais. In: DINIZ, Nilo; SILVA, Marina; VIANA, Gilney (Orgs.). *O Desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

FERREIRA, Leila da Costa. *A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

GHIZELINI, André Michelato. O assessoramento técnico-organizativo como base para a organização social e política na agricultura familiar. In: BRANDENDURG, Alfio; FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno (Orgs.). *Ruralidades e questões ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas*. Brasília: MDA, 2007.

LEROY, Jean-Pierre. Por uma reforma agrária sustentável: primeira página do Gênesis a escrever. In: DINIZ, Nilo; SILVA, Marina; VIANA, Gilney (Orgs.). *O Desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

NORDER, Luiz Antonio Cabello. Assentamentos rurais: casa, comida e trabalho. Campinas, IFCH/Unicamp, 1997 (dissertação de mestrado).

SALLES, Celecina de Maria Veras. Assentamento e juventude: luta, conquista e organização. In: SALLES, Celecina de Maria Veras. *Criações coletivas no campo político: um olhar sobre os assentamentos rurais do MST*. Fortaleza: Bando do Nordeste do Brasil, 2006.

SALLES, Celecina de Maria Veras. Resistência: as táticas que confrontam poderes. In: SALLES, Celecina de Maria Veras. *Criações coletivas no campo político: um olhar sobre os assentamentos rurais do MST*. Fortaleza: Bando do Nordeste do Brasil, 2006.

SANTOS, Fábio Fraga dos. O papel do Banco da Terra na reconstrução do rural. In: BRANDENDURG, Alfio; FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno (Orgs.). *Ruralidades e questões ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas*. Brasília: MDA, 2007.

SPINOLA, Jaime Emerson Laranjeira. *Análise da sustentabilidade ambiental, sociocultural, organizacional e econômica entre os assentamentos Nossa Senhora das Oliveiras (Tapera) e do projeto de assentamento Jacaré Grande*. Janaúba: Unimontes, 2007. (Trabalho de conclusão de curso).

VIANA, Gilney. Impactos ambientais da política de globalização da Amazônia. In: DINIZ, Nilo; SILVA, Marina; VIANA, Gilney (Orgs.). *O Desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.